

Copyright © 2012 by Sandra Maria Patrício Vichiatti et al.

Todos os direitos desta edição reservados à Zagodoni Editora Ltda.
Nenhuma parte da obra poderá ser reproduzida ou transmitida, seja qual
for o meio, sem a permissão prévia da Editora.

Revisão: Arilene Teggi

Tradução (Cap. 2): Marta D. Claudino

Diagramação: Givaldo Fernandes

Capa: Michelle Z. Freitas

Editor: Adriano Zago

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

P969

Psicologia social e imaginário : leituras introdutórias / Sandra
Maria Patrício Vichiatti, organizadora. - 1.ed. - São Paulo :
Zagodoni, 2012.

190p. : 23 cm

ISBN 978-85-64250-38-3

1. Psicologia social. 2. Antropologia. I. Vichiatti, Sandra Maria
Patrício.

12-6737.

CDD: 302

CDU: 316.6

[2012]

ZAGODONI EDITORA LTDA.

Rua Brigadeiro Jordão, 848

04210-000 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 2334-6327

contato@zagodonieditora.com.br

www.zagodonieditora.com.br

Sobre os Autores

SANDRA MARIA PATRÍCIO VICHIELTI (Organizadora)

Professora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP. Mestre e doutora em Psicologia Social pelo Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IP-USP. Psicóloga pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Seus estudos concentram-se na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social e na Formação do Psicólogo, atuando principalmente nos seguintes temas: mitopoética, memória, imaginário e paisagem da cidade, e suas relações com o *ethos* contemporâneo, com a estratificação psicossocial e com os processos de subjetivação e de construção dos vínculos sociais.

ADRIANA CONCEIÇÃO GUIMARÃES VERÍSSIMO SERRÃO

Professora associada com agregação no Departamento de Filosofia da Universidade de Lisboa, Portugal. Doutora com a tese *A humanidade da razão. Ludwig Feuerbach e o projecto de uma antropologia integral*. Mestre com a tese *A razão estética. O conceito de alargamento do pensar na Crítica da Faculdade de Julgar de Kant*. Traduziu para o português: *Das Wesen des Christentums: A Essência do Cristianismo e Filosofia da Sensibilidade. Escritos (1839-1846)*, de Ludwig Feuerbach; ambas as traduções foram premiadas com menção honrosa do “Prêmio de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa” União Latina/JNICT (1995) e União Latina/FCT (2006). Atualmente concentra a investigação em duas áreas principais: a Filosofia da Sensibilidade e a Estética da Natureza, particularmente na temática da paisagem.

ALBERTO FILIPE RIBEIRO DE ABREU ARAÚJO

Professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade do Minho, Braga, Portugal. Doutor em Educação, na área de especialização em Filosofia da Educação. Coordena o Projeto de Investigação Educação e Imaginário incluído no Grupo de Investigação Pedagogia, Filosofia e História da Educação inscrito

Pensar a Natureza e Trazer a Paisagem à Cidade

Adriana Veríssimo Serrão²⁵

O tema proposto neste capítulo resulta de uma investigação na área da Filosofia, mas ultrapassa o âmbito do pensamento puro e confina com preocupações candentes do mundo de hoje. Cidades inóspitas, periferias-dormitórios destituídas de vida própria e paisagens degradadas compõem a crua realidade, radicalmente contrastante com a idealização que associa as paisagens a lugares harmoniosos e propiciadores do sentimento de bem-estar, inscritos no imaginário social como espaços de acolhimento e refúgio. As nossas imagens da paisagem veem-se cada vez mais reduzidas a alguns restos intocados pela civilização industrial e a exploração tecnológica, demasiado distantes da existência cotidiana, acessíveis quando muito ao viajante explorador ou procuradas como objeto de consumo pelo turista permeável aos *slogans* publicitários que anunciam experiências do exótico.

A minha exposição parte da noção de paisagem, tal como foi estabelecida por algumas teorias clássicas que se debruçaram sobre a origem histórica desta categoria do pensamento: na Modernidade europeia (Georg Simmel e Joachim Ritter) e no Oriente (Augustin Berque). Para além das diferenças de fundamentação, esses autores são coincidentes em mostrar que a categoria de paisagem emergiu da clivagem entre homem (ou cidade) e natureza (ou mundo agrícola).

Seguidamente, refiro-me com detalhe à reflexão do pensador italiano Rosario Assunto, referência máxima de toda a filosofia da paisagem. Cidade e paisagem são descritas segundo as categorias do espaço e do tempo: aproximam-se e interpenetram-se como duas realidades complementares. Em contraste, a figura da megalópole, a metrópole gigante da sociedade industrial que absorve com os seus tentáculos a cidade histórica e a paisagem natural, alerta-nos para o empobrecimento da dimensão temporal da existência e, no limite, para a extinção total da vida.

No momento final, procuro mostrar como a indispensável reaproximação entre cidade e paisagem, na dupla vertente de trazer a paisagem à cidade e de reintegrar as cidades na paisagem, só será possível mediante a referência à natureza.

²⁵ Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (Portugal).

A origem da paisagem: o paradoxo de uma cisão acompanhada de nostalgia

A noção de paisagem, tal como a palavra que a nomeia, não é originária na consciência humana. Ela surgiu na Europa, no início da época moderna, em paralelo com o desenvolvimento das cidades e a autonomização das atividades profissionais emergentes do modo de vida citadino, em contraste com a existência rural e o ritmo do trabalho agrícola. A primeira nota a reter sobre a ideia de paisagem é este fato paradoxal: sendo uma invenção da cidade moderna, encontra-se indissolúvelmente ligada à evolução posterior das cidades partilhando com elas de um destino comum. Trata-se por isso de um acontecimento histórico marcante: o seu advento pressupõe uma separação que tem merecido, pela sua complexidade, diferentes interpretações.

O primeiro pensador a debruçar-se sobre a questão da origem histórica da paisagem como categoria do pensamento humano foi Georg Simmel, no ensaio de 1913. A paisagem é descrita como um diverso de elementos naturais identificáveis um por um, mas que são momentaneamente percebidos como um conjunto unitário, uma "porção de natureza". Mas, por outro lado, sendo a *Natureza* uma totalidade sem partes no espaço e um curso contínuo sem hiatos no tempo, para que haja consciência de "ver uma paisagem", foi necessário, do ponto de vista psicológico, que a separação tenha precedido a reunião, ou que a análise tenha precedido a síntese. Diz Simmel:

Uma porção de natureza" é, na verdade, uma contradição interna; a Natureza não tem porções, ela é a unidade de um todo e no instante em que qualquer coisa é dela retirada, deixa pura e simplesmente de ser natureza, precisamente porque só pode ser "natureza" no seio dessa unidade sem limites, como vaga desse fluir global. Mas inteiramente essencial para a paisagem é precisamente a delimitação, o ser apreendido num círculo visual momentâneo ou duradouro; a sua base material ou as suas partes singulares podem pura e simplesmente ser tidas como natureza representada como "paisagem", ela exige um ser-para-si porventura óptico, porventura estético, porventura consonante com a disposição do ânimo, uma característica singular que a destaque daquela unidade indivisível da Natureza, na qual cada porção mais não pode ser do que um ponto de passagem para as forças totais da existência. (Simmel, 1913, p. 471-472)

Ao longo do ensaio Simmel mostra a duplicidade, e o desfasamento, entre forma e conteúdo na categoria de paisagem: pelo conteúdo, ou seja, pela naturalidade dos elementos percebidos, paisagem remete ainda e sempre para a natureza, mas pela forma distingue-se já dessa Natureza enquanto totalidade englobante.

Observar como paisagem uma parcela de solo com o que se encontra por cima significa considerar uma secção da natureza, por sua vez, como unidade o que se afasta inteiramente do conceito de Natureza. (Simmel, 1913, p. 472)

Essa diferença, que pode parecer sutil, pressupõe no entanto uma peculiar configuração do espírito, que não é originária na consciência humana e que Sim-

mel associa à "tragédia" da cultura moderna. De fato, considerando a história europeia, foi só na Modernidade, em virtude do espírito analítico introduzido pelo método científico e a especialização dos saberes, e da divisão do homem por diversas funções decorrentes da crescente complexificação do mundo do trabalho, que um tal fenômeno poderia ter ocorrido. Nas épocas precedentes, antiga e medieval, prevalecia um sentimento da natureza que unia o homem ao todo de que ele se sabia, ou sentia, membro integrante. O homem moderno, pelo contrário, deixa de ser um membro para se reivindicar como uma parte autônoma, autossustentável, que em vez de estar integrado na Natureza passa a ter a natureza em face de si como realidade outra, uma alteridade que pode perceber e contemplar à distância. Ver como estando unido o que foi previamente dividido é uma percepção momentânea, uma intuição fugaz de uma unidade de múltiplos elementos naturais que por instantes vem substituir, para quem atravessa a "livre natureza" fora da cidade, a Grande Natureza, a totalidade que se perdeu.

Também Joachim Ritter identifica o nascimento da paisagem com um afastamento que se vai operando desde o final da Idade Média, atravessa em seguida a bifurcação entre as perspectivas científica (a natureza como conjunto de leis constantes) e estética (a natureza enquanto objeto de fruição e tema da criação artística) e alcança um ponto de não retorno na cidade da época industrial. Esta evolução seria paralela à própria história da liberdade, tanto na ordem do conhecimento como da ação.

A lição de Ritter em "Paisagem. Sobre a função do estético na sociedade moderna" (1962), não poderia ser mais instrutiva no que respeita à evolução do entendimento da natureza no arco temporal de finais do século XVIII até ao século XX. E a lucidez das suas análises conservam toda a atualidade na compreensão do mundo de hoje. A liberdade pressupõe que o homem se sinta livre de constrangimentos, pelo que o processo histórico dessa conquista implicou uma afirmação de si e simultaneamente uma negação do determinismo e da esfera da causalidade. A concepção da liberdade como autonomia do espírito e autodeterminação do agir teria de se realizar contra a natureza, símbolo do mecânico e do sempre igual: a história da emancipação humana na esfera teórica e política acarretou o declínio inevitável da perda da ligação à natureza primordial e do sentimento de estar dependente dos repetitivos ciclos naturais. Daí que a liberdade só se tenha concretizado na cidade, obra humana, espaço aberto de todas as possibilidades, mas não no campo, marcado pela dura necessidade dos elementos e pelo monótono labor das tarefas agrícolas.

Afastada para longe, quer no espaço, quer no tempo histórico, a ligação primordial foi rompida e substituída pela paisagem como um sucedâneo e substituto daquela antiga Natureza da filosofia grega, o *cosmos*, o Uno invisível presente em todas as coisas visíveis e celebrado como divino. A paisagem passa a ser, por um lado, um fragmento do mundo, por outro, a natureza visível, isto é, sensivelmente, percebida.

A liberdade na ciência e no labor, que são as condições dessa liberdade, implica assim [...] a cisão do homem com a tranquila natureza em que o homem estava

originalmente inserido. A "sagrada" Natureza transforma-se em Natureza "perdida". A liberdade exige a sua reificação objectiva; tem, assim, por base, a exclusão para fora de si da natureza implicada na vida terrena: quando na cidade a liberdade ganha existência, são banidos "os faunos da floresta", o homem é privado da contemplação da natureza e "as obstinadas estrelas apagam-se". Contudo, a poesia glorifica a cidade: com o custo da perda da tranquila natureza circundante e do apagar das suas obstinadas estrelas, a cidade tornou o Homem, enquanto tal, num ser liberto [...]. (Ritter, 1974, p. 160)

A ideia europeia de paisagem começa com a clivagem e, ao mesmo tempo, a nostalgia da Natureza perdida. Uma vez desmembrado o todo englobante, na contemplação da paisagem observa-se e aprecia-se pelo sentimento e pela imaginação uma natureza repartida em espaços que estão à nossa frente. Observador e observado encontram-se face a face. Neste sentido, Simmel e Ritter defendem que a paisagem é uma forma de ver o mundo, uma categoria cultural ou uma forma simbólica, que diz mais respeito ao mundo humano do que à natureza mesma.

A subordinação da naturalidade à elaboração espiritual como condição da apreensão da esteticidade encontra-se também em Ernst Cassirer, quando descreve o modo de ver a paisagem não com olhos perceptivos, profanos, mas com olhar construtivo, com olhos de artista. A esfera estética implica a passagem do reino da existência ao das formas simbólicas, significantes e vivas. Um duplo processo ocorre, primeiro de mergulho no dinamismo natural puramente sensitivo, em seguida de esteticização cultural, pictórica:

Eu posso passear e sentir o fascínio da paisagem. Posso alegrar-me com a suavidade do ar, a frescura dos prados, a variedade e alegria das cores, o fragrante perfume das flores. Mas em seguida sinto que acontece uma mutação súbita no meu espírito. A partir deste momento vejo a paisagem com olhos de artista, começo a fazer dela um quadro. Entrei num novo reino, não mais o das coisas existentes, mas o das "formas vivas". Abandonada a realidade imediata das coisas, vivo agora no ritmo das formas espaciais, da harmonia e do contraste das cores, do equilíbrio entre luz e sombra. A experiência estética consiste neste absorver-se no aspecto dinâmico da forma.²⁶

Não se trata em nenhum destes autores de substituir radicalmente o paradigma natural pela ordem da cultura, mas de tomar a mediação estética enquanto visão exemplar, um meio de "ensinar a ver", uma via mediadora de nos aproximar a um natural que existe sempre-aí, mas não é imediata nem espontaneamente apreensível na sua profundidade e idealidade.

²⁶ Cassirer, Ernst. *An Essay on Man*, New Haven, 1945; trad. port., Lisboa, Guimarães, p. 133. Um outro exemplo desta orientação culturalista pode ser colhido num teórico atual, Raffaele Milani, que recusa qualquer separação rígida entre a naturalidade das paisagens e os modos da sua apreensão em núcleos culturais que a cobrem de significações: "Um único acto do sentimento e da visão une profundamente paisagem natural e paisagem artística [...]. A constituição da paisagem natural como objecto estético é obra do homem e da sua história. É o homem que transforma a paisagem numa ideia estética." Raffaele Milani, *L'arte*

Em vez da paisagem, a ecúmena

Mas não só em pensadores especulativos, também o contributo de algumas ciências empíricas, como a geografia cultural, confirmam esta separação. Os estudos comparativos que Augustin Berque tem dedicado ao nascimento da paisagem no Ocidente e no Oriente mostram não apenas que esta noção tem uma origem histórica precisa, mas também que tal origem não é universal. O pensamento da paisagem é um fato civilizacional presente em algumas, mas não em todas as civilizações. Muitas civilizações houve que desconheciam a noção e não usavam a palavra, e no entanto conservaram a ligação direta ao sentido da Terra, a ligação "ecumenal" às zonas habitadas do território. Pelo contrário, as civilizações que desenvolveram uma cultura da paisagem, nomeadamente na arte e na literatura, como a europeia e a chinesa após o século IV, foram precisamente aquelas que cortaram os laços de interdependência com esse espaço de vida. Esta cisão com a dimensão relacional da existência, separando o espírito humano da Terra, ou noutros termos, o subjetivo do objetivo, estaria associada até hoje à ideia de progresso e ao modelo de crescimento económico, que afeta profundamente a atitude para com o mundo envolvente e igualmente a esfera social e interpessoal.

A necessidade premente em que nos encontramos de gerir melhor a nossa relação com a Terra, ou seja, com a ecúmena enquanto tal, impõe que desenvolvamos sistematicamente o seu estudo em termos relacionais. Em vez de se considerarem apenas as coisas em si (os objectos que a ciência moderna abstraía da sua relação com o sujeito), o que é necessário, doravante, também saber apreender são as entidades relacionais impregnadas de valores humanos: recursos, constrangimentos, atractivos, riscos, implicando sempre uma dupla referência ao em-si da natureza e ao para-si da humanidade. Será necessário precisá-lo? Dupla referência pela qual o paradigma ecumenal se distingue simultaneamente da atitude pré-moderna (em que prevalecia a referência ao para-si) e da atitude moderna (em que prevalecia a referência ao em-si). (Berque, 1993)

Se o "paradigma ecumenal" proposto por Berque se sustenta na ideia de dupla referência em que coexistem o em-si, a objetividade do mundo, e o para-si, a esfera das representações e dos significados, a noção de paisagem estaria, pelo contrário, associada desde os primórdios a uma atitude unilateral, apenas subjetiva. Na origem remota desta recusa estaria um processo de subtração e de esquecimento, que Berque, tomando um termo jurídico e um conceito da psicanálise lacanianiana, designa de *forclusão* do trabalho camponês. As classes ricas isentam-se do trabalho direto exercido sobre o meio e perdem o vínculo medial. O espaço rural é então como que circunscrito, murado, e depois banido e esquecido, restando do espaço natural unicamente a sua configuração enquanto paisagem: um fenómeno puramente estético e artístico. Todas as sociedades (cidades) do lazer adotam essa mesma posição de independência e afastamento:

O trabalho medial é o que se leva a cabo no nosso corpo medial, a saber, o meio (*milieu*) eco-tecno-simbólico necessário para a existência da pessoa individual. É a *chôra* indispensável ao *topos* do nosso corpo animal. Ora, a ontologia moderna não reconhece este laço. Esta forclusão é particularmente marcada no individualismo metodológico. Ela exprime-se na racionalidade a curto prazo do capitalismo. Se a humanidade deve sobreviver à face da Terra, impõe-se substituir à ontologia moderna, focalizada pelo ser para a morte individual, uma ontologia que reconheça o ser para a vida da humanidade. [...] O verbe *forcluire* (*forclure*) só é habitualmente utilizado no vocabulaire jurídico ou psicanalítico. Uso-o aqui no seu sentido etimológico: pôr alguém ou qualquer coisa fora (*foris*) e fechar (*claudere*) a porta. Dito de outro modo, expulsá-lo para as trevas exteriores ao mundo: o im-mundo (*l'immonde*). (Berque, 2005)

O paradigma ecumenal é mediador e sintético; um conceito teórico propositivo que permitirá uma epistemologia unitária se acolhida pelas diversas ciências. Aceitá-lo, reconhecendo a nossa condição de habitantes da Terra, poderá restabelecer os vínculos com o mundo envolvente, na dimensão real da nossa radicação mundana e enquanto referência simbólica. A separação de paisagem e cidade, implícita por exemplo no uso da expressão “paisagem urbana” por parte de arquitetos e urbanistas, não só não tem justificação teórica, como acentua em termos efetivos um perigoso isolamento da própria cidade com consequências na ordem social, doravante carente de fundamento:

Da compreensão e da gestão destas entidades relacionais depende, não apenas a habitabilidade da Terra para as futuras gerações, mas o próprio sentido da presença humana sobre a Terra; e, por conseguinte, o laço social entre os homens. Com efeito, não é apenas como seres vivos que temos necessidade de uma certa qualidade ambiental (a da água que bebemos, a do ar que respiramos, etc.), é também como seres sociais, pois o laço social desfaz-se quando o ambiente perde o seu sentido. Eis, exactamente, o que sucede nas grandes cidades do Ocidente, por exemplo, nas periferias parisienses. Fazer da cidade um objecto, como o pretendeu o urbanismo moderno é, com efeito, abstrai-la do mundo ambiente o único meio onde os seres humanos podem viver e viver em conjunto.²⁷

Paisagem e cidade: da complementaridade paritária ao afastamento

Estes pensadores estão de acordo em associar a paisagem a um fenómeno essencialmente estético, pressupondo um significado pictórico, visual ou cênico, sendo as paisagens lugares especiais onde não se vive, mas que se contemplam, dotados de beleza formal, apreciados e celebrados em poemas e pinturas por cidadãos letrados e cultivados pelo gosto. É possível, porém, entender a ideia de paisagem num sentido não apenas visual, mas real e, por isso, não em oposição à cidade.

²⁷ Berque, Augustin. “L'écoumène, mesure terrestre de l'homme, mesure humaine de la Terre: pour une problématique du monde ambient”, p. 340.

Trata-se agora de procurar um entendimento mais preciso sobre a essência da paisagem. E ninguém melhor e mais profundamente que o filósofo italiano Rosario Assunto levou a cabo a tarefa de categorizar a paisagem de modo imanente e segundo categorias intrínsecas, provenientes não da literatura ou da arte, mas da ontologia: a paisagem como dimensão da realidade ou do Ser.

Cidade e Paisagem assemelham-se pela fisionomia individual de cada lugar; são formas individualizadas do ser e concomitantemente do (nosso) estar: estar nesta praça, nesta rua, nesta praia ou nesta montanha é viver e captar desse ser a imagem de um “organismo unitário”. Especialmente consideradas, cidade e paisagem compenetraram-se, sendo difícil dizer onde começa uma e acaba a outra, uma vez que não são partes de um traçado geométrico nem peças de um agregado mecânico. A sutil transição de uma à outra, de Lisboa ao rio Tejo ou de São Paulo às suas montanhas, ilustra esta continuidade orgânica: a cidade está na paisagem, tal como a paisagem penetra na cidade. A continuidade da cidade prolongando-se sem fronteiras rígidas na paisagem para além da cidade reforça a similitude da espacialidade cidadina em contato com a espacialidade paisagista: interpenetração de espaços através de vias que prosseguem nos dois sentidos. Ambas são espaços, diz Assunto, “mais que espaço”: espaços limitados mas abertos, em plano e em altura, “metaespaciais”.

Bastaria talvez esta noção de “finitude aberta” que lhes é comum, um dos eixos conceptuais mais fortes de *Il paesaggio e l'estetica*, para compreender que a paisagem não é só uma vista percebida de longe. Mas Assunto aprofunda a sua análise, quando faz cruzar o espaço pelo tempo. Em ambas, o tempo é duração e continuidade, qualidade (não quantidade), intensidade (não extensão). Na temporalidade cidadina, eminentemente concretizada no centro histórico onde se sedimentam o tempo da história humana e o tempo da existência individual; na temporalidade da natureza-paisagem, que enlaça os três reinos: mineral, vegetal e animal. Metatemporalidade refere assim um complexo de propriedades que só a cidade e a paisagem contêm: a *inclusividade* em que identidade e diversidade coincidem e lhes dá a forma de um espaço *epifânico* onde o finito revela a infinitude para além da finitude.

Paisagem extraurbana e cidade, se as consideramos não como dois termos alternativos, mas como dois termos correlativos, cada um dos quais é *por si mesmo* no seu ser *para o outro*, e tanto mais, tanto melhor é para o outro quanto mais, quanto melhor é para si mesmo. Para quem as considere filosoficamente, duas aparições paritéticas e complementares do infinito no finito. (Assunto, 1973, p. 40)

Esta harmonia de tempos originários – da vida não humana e humana, ou usando termos especulativos, da Natureza e da História – é quebrada por uma outra dimensão do tempo, com origem epocal determinada e inteiramente devida à omnipresença da máquina: a temporaneidade do “mundo moderno” e da expansão industrial condensada na alegoria da megalópole, lugar dos negócios, das tarefas e do consumo. A megalópole é aglomerado, simples território extenso, regido como a fábrica pela cultura da produção do útil: retilínea, indefinidamente divisível por módulos, planificada, sem memória.

Na cidade (digamos: na cidade *temporal*, a cidade da contemplação; não na cidade temporânea da produção: na qual aquilo que na outra é duração se tornou simples *obsolescência*), na *cidade temporal*, repetimos, o acidental da vida toma consciência de si, elevando-se sobre a sua própria temporânea finitude, porquanto vive no interior da imagem da história: no interior da temporalidade da história tornada forma do espaço citadino. (Assunto, 1973, p. 65)

Com a temporaneidade do espaço tecnológico-industrial, tanto urbano como extraurbano, a cidade desagrega-se e a paisagem desaparece. Prevalece a espacialidade, domina a exclusividade:

Finitude, o espaço da Megalópole, que pronuncia aquela resoluta, peremptória negação do infinito pela qual a cidade pós-histórica, digamos a cidade tecnológico-industrial, se contrapõe à paisagem, a exclui de si e lhe volta as costas, colocando entre as suas próprias margens extremas e cada possibilidade de paisagem o território extraurbano; cujo território, em relação à paisagem, é algo mais que negação: é a contradição absoluta. Território destinado a acolher em si a produção industrial e a agricultura industrializada, de uma igualmente industrializada criação de gado feito em série, de cuja vida restou apenas um resquício semovente. (Assunto, 1973, p. 64)²⁸

Assunto contrasta a epifania da paisagem, que sublima a cidade para além de simples espaço urbano, a conserva como lugar de memória e permanência do passado no presente, com a uniformidade atemporal da mecanização que irradia da cidade para os subúrbios, e destes contamina a agricultura, a indústria alimentar e a produção em série de animais, repetição indefinida do "hoje", funcional e exclusivo, destituído de densidade e de novidade. Mas o contraste não se coloca já simplesmente entre cidade e paisagem, como Joachim Ritter descrevia a propósito das emergentes cidades do mundo burguês, promessas de luz e progresso, e também de felicidade, mas entre cidade temporal e cidade temporânea; resumida esta à finitude destituída de infinitude, empobrecida a diversidade dos tempos, é também a existência humana que se empobrece:

A relação espaço-temporal é doravante uma simples relação de medição ou de concentração, e o sentimento de infinito tornou-se sofrimento pelo indefinido, cujas

²⁸ Em consonância com os princípios da ontologia da paisagem estão as reflexões do arquiteto paisagista francês Michel Corajoud, quando reitera a continuidade de cidade e paisagem sob a ideia orientadora de "horizonte": "A este respeito pensamos que se introduziu a maior das confusões com a noção de paisagem urbana. Com efeito, a cidade, através das suas inter-relações formais, simbólicas, culturais, tem todas as qualidades aparentes de uma paisagem: as *assemblages* são aí hierarquizadas, complexas, as formas estão enraizadas nela... É um verdadeiro meio; mas ela é no entanto construída com todas as peças: é uma montagem cuja unidade é apenas artefato. Também aqui, o senso comum não se engana: no centro de uma cidade, na sombra de uma rua, não se fala de paisagem! É preciso alcançar os limites exteriores da cidade, reencontrar o horizonte e a materialidade do mundo para que a ideia manifesta de paisagem seja sentida. Por vezes, é verdade, a paisagem entra na cidade; quando a malha se alarga e o céu desce nela: a passagem do rio é disso o exemplo fecundo.", Michel Corajoud, "Le paysage c'est l'endroit où le ciel et la terre se touchent". In: François Dagognet (dir.), *Mort du paysage? Philosophie et esthétique du paysage*, 5. ed., Clémence Vallen, 1993, p. 42.

manifestações extremas são claustrofobia e agorafobia. O espaço da cidade já não é imagem do tempo como *temporalidade* (qualitativa) histórica, mas imagem do tempo como *temporaneidade* (quantitativa) *mecânica*: e o espaço em torno da cidade é um território de urbanização industrial ou agrícola e industrializada, no qual a paisagem morre porque o seu espaço é imagem da temporaneidade serial, e não do tempo como qualidade. (Assunto, 1973, p. 65)

Reaproximar cidade e paisagem através da Natureza

Se a história do homem terá começado como experiência direta dos múltiplos fenômenos, de que ele e todos os restantes seres eram participantes, podendo sentir tanto aproximação e harmonia como temor e afastamento, o certo é que a revolução industrial e a posterior revolução tecnológica em busca de um estilo de vida saciado, protegido e asséptico não deixaram de causar progressivas separações, hoje bem evidentes e cujo termo último não podemos inteiramente prever.

O agigantamento das obras humanas seja na esfera da arte e dos artefatos, seja na esfera da indústria hegemônica produziram no exterior não lugares sempre idênticos (*shoppings*, parques de estacionamento, autoestradas), acrescidos do onipresente estilo arquitetônico "internacional", de esquemas lineares e módulos uniformizantes e ambientes interiores irrespiráveis, feitos de materiais sintéticos, que parecem anunciar, com a "crise da paisagem", também a morte da natureza." Às flores em jarras nas casas burguesas do século XIX, depois às plantas em vasos, e mesmo às árvores que colocamos nas nossas varandas, sucedem-se as horizontais coberturas verdes dos terraços ou as verticais paredes revestidas de matéria vegetal alimentadas por complexos sistemas hidráulicos, apresentadas por arquitetos e urbanistas como soluções válidas para conservar não a natureza, mas não mais do que frágeis simulacros de naturalidade.

Se não nos conformarmos com a irremediável cisão, será preciso recusar estas vias artificiais, tal como o uso impróprio e pragmático de "paisagem" aplicável indiscriminadamente a qualquer vista, a qualquer contexto (paisagem agrícola, industrial, urbana...), para descrever simples vistas à distância. Se a ideia de paisagem nasceu da separação da ideia de natureza, rasgando-se a matriz comum do humano e do não humano, hoje pode, pelo contrário, cumprir mediações entre o que foi desunido. Assim se explica a revalorização atual do conceito e do tema, ponto de confluência de múltiplas abordagens, da filosofia à arquitectura paisagista. Não se trata de um retorno puro e simples ao passado, mas de restabelecer as ainda possíveis ligações. Refira-se, a título de exemplo, a escola portuguesa de arquitectura paisagista e as propostas do arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles, na base dos princípios do *continuum naturale* e da paisagem global, que reatam ligações da cidade ao campo através de corredores pedonais e hortas urbanas (Telles, 1994). Contrariando a oposição estrita entre cidade (domínio dos espaços em superfície e gestão ilimitada dos recursos), a paisagem, pensamento das ligações, resguarda valores da sensibilidade, do acolhimento e da não violência. Por ser uma categoria sintética de objetivo e

subjetivo, cumpre a função mediadora entre elementos singulares e uma totalidade maior inacessível.

Seja a natureza total ou primordial, seja intocada e autêntica, seja trabalhada e intervencionada, não haverá paisagens se não houver natureza: a natureza será sempre a matriz das paisagens. Paisagem é a natureza tal como se singulariza no lugar. Sem paisagem não haverá mais cidade, lugar das casas, ruas e praças, habitável, aberta ao céu e penetrada pela visão rasgada do horizonte que a transporta para fora dela.

Num momento de antropocentrismo galopante não deveremos recusar a ideia de natureza como se o natural estivesse definitivamente perdido e fosse um motivo de saudosismo ou nostalgia poética, como aconteceu com o culturalismo dominante nos anos 1970, nem perder esta referência, sob pena de uma exaustão total. É certo que a própria naturalidade da natureza é hoje problemática, mas igualmente certo é que nunca terá sido tão necessária em face do artificialismo. Também do ponto de vista econômico não haverá sustentabilidade sem a proximidade das zonas agrícolas.

A natureza, categoria englobante de uma visão unificada do mundo, pode, no modo como nos aparece, revestir-se de múltiplas facetas, incompatíveis porém com uma concepção única e uniforme tal como é pensada pela ciência, desde a física às atuais ciências do ambiente, ou com a natureza primeva reivindicada por algumas correntes da atual estética ambiental, muito menos ainda com uma mera extensão de território plano, extenso e mensurável da geografia, nem ao ambiente das ciências biológicas. A natureza inscrita no nosso mundo da vida aparece-nos na diversidade das suas manifestações e dos seus seres concretos; é singularizada e feita de conjuntos integrados; nela a superfície visível de espaços equilibrados que atraem enquanto objeto de contemplação estética, estimulam a imaginação e suscitam sentimentos. O mundo visível traz à manifestação a dimensão da Vida e do invisível, a profundidade onde se desenvolvem a geração e autoprodução, a vitalidade da autopoiese, por outras palavras, o fundamento de todas as coisas.

Sendo promessa do não idêntico, como defendia Theodor Adorno – “O belo natural é o vestígio do não idêntico nas coisas, sob o sacrilégio da identidade universal” (Adorno, 1982, p. 90) –, é também promessa de um futuro ainda possível no imaginário humano: geradoras de espaços de liberdade que resistem a toda a imitação, só as paisagens oferecem a abertura do horizonte a perder de vista, o silêncio pleno e a noite estrelada. Um lugar existencial, mas também de utopia.

Referências

- ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Trad. port. de A. Morão. Lisboa: Ed. 70, 1982.
- ASSUNTO, Rosario (1973). *Il paesaggio e l'estetica / A Paisagem e a Estética*. 2.ed. Palermo: Edizioni Novecento, 2005.
- BERQUE, Augustin. *L'écoumène, mesure terrestre de l'homme, mesure humaine*

de la Terre: pour une problématique du monde ambiant. *L' Espace géographique*, 4, p.304, 1993.

RITTER, Joachim. *Landschaft. Zur Funktion des Ästhetischen in der modernen Gesellschaft* (1962). In: *Idem, Subjektivität*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1974.

SIMMEL, Georg. *Philosophie der Landschaft / Filosofia da paisagem*. In: Georg Simmel. *Gesamtausgabe*, Bd. 12 (Aufsätze und Abhandlungen, 1909-1918. Bd. I., hrsg. Rüdiger Krämme und Angela Rammstedt). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1913.

TELLES, Gonçalo Ribeiro. Paisagem Global. Um Conceito para o Futuro. *Iniciativa para o desenvolvimento, a energia e o ambiente*, Lisboa, n. especial, abril 1994, p. 28-33.